



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JORDANN PIMENTA FERREIRA

O ACORDO DE PAZ EM 2016 PARA OS DIREITOS DAS FARC-EP NA COLÔMBIA

JOÃO PESSOA

2019

JORDANN PIMENTA FERREIRA

O ACORDO DE PAZ EM 2016 PARA OS DIREITOS DAS FARC-EP NA COLÔMBIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Coordenação do Curso Relações Internacionais como requisito parcial à obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de Concentração: América Latina

Orientador (a): Prof. Dra. Luíza Rosa Barbosa de Lima

JOÃO PESSOA

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.


F383a Ferreira, Jordann Pimenta.
O acordo de paz em 2016 para os direitos das FARC-EP na Colômbia [manuscrito] / Jordann Pimenta Ferreira. - 2019.
38 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2019.
"Orientação: Profa. Dra. Luíza Rosa Barbosa de Lima, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."
1. FARC-EP. 2. Colômbia. 3. Participação. 4. Paz. I. Título
21. ed. CDD 322.42

JORDANN PIMENTA FERREIRA

O ACORDO DE PAZ EM 2016 PARA OS DIREITOS DAS FARC-EP NA COLÔMBIA

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

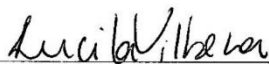
Aprovado(a) em 04 / julho / 2019 .



Luiza Rosa Barbosa de Lima / UEPB
Orientador(a)



Jacqueline Echeverría Barrancos / UEPB
Examinador(a)



Lucila Gabriella Maciel Carneiro / UEPB
Examinador(a)

A minha tia Renata pelo significado extenso
que tem apresentado para minha vida,
DEDICO.

Conservamos el amor a Dios. Y así, hablando a nombre de los campesinos, tengo que decir que nosotros hemos heredado de nuestros antepasados, y lo conservamos, el amor a Dios ya la patria y el respeto por nuestras tradiciones y el sentido de la honradez y el cariño por el trabajo y el amor a la tierra. De esto dan testimonio: nuestra fe religiosa, que expresamos a más no poder con nuestra piedad y asistencia devota al tiempo en los días de precepto, aun a costa de sacrificios como les pasa a muchos que tienen que recorrer dos y tres horas de camino para poder asistir a la santa misa: nuestros hogares, sencillos y humildes, pero constituidos conforme a la Santa Madre Iglesia, donde formamos a nuestros hijos en el temor de Dios, el amor a trabajo y el respeto a los demás; nuestro acatamiento a las autoridades y nuestra contribución al estado pagando puntualmente los impuesto, mandando a nuestros hijos al cuartel, y cuando llega el caso, empuñando las armas en defesa de la patria.

José Pascasio Martínez.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – meio século de terror	10
3. Medidas do governo da Colômbia entre 2002 a 2016 na resolução da guerra contra as FARC-EP	13
4. “Si a la paz”: Acordo de paz entre as FARC-EP e o governo colombiano em 2016	16
5. Eleições 2018	29
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

O ACORDO DE PAZ EM 2016 PARA OS DIREITOS DAS FARC-EP NA COLÔMBIA

Jordann Pimenta Ferreira¹

RESUMO

O presente artigo descreve o processo de firmamento de um acordo no ano de 2016 em um complexo de outros acordos entre a extinta FARC-EP e o governo da Colômbia, enumerando os pontos de associação e transição de uma realidade conflituosa para uma harmonia de interesses com a sociedade civil, considerando a população atingida diretamente com a guerrilha. Através de uma análise de um contexto e espaço macro, as ações que resultaram no acordo de paz em Colômbia são extensas por demais para serem apresentadas paulatinamente no corpo do texto. Portanto, no foco deste acordo, que desfruta de uma parcialidade dos membros que o criaram, quando mencionaram suas necessidades e suas perspectivas de mudança para o cenário político entre as partes. Buscou-se por uma análise histórica da conduta dos atores do conflito até então, introduzir uma problemática de saber como – dentro da Colômbia – membros das FARC, governo, setor privado e a sociedade civil responderam a esse marco na política do país em se tratar de um evento quase secular sobre a política internacional. Logo, as negociações, mediação estrangeira, pressões doméstica e internacional nos encontros realizados fora do país até chegar as eleições em 2018 foram fatos previstos e correspondidos pelos envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Colômbia, acordo, participação, política.

ABSTRACT

This article describes the process of consolidation of a year in 2016 in a set of other rules between the FARC-EP and the Colombian government, listing the points of association and transition from a conflictive reality to a harmony of interests with society civilian population, considering the population reaching directly with a guerrilla. Through an analysis of a context and a space macro, the actions that resulted in a peace agreement in the area of health are too long to be executed gradually in the body of the text. Therefore, in the focus of this agreement, it enjoys a partiality of the members who created it, when they mentioned their needs and their prospects of change to the political scenario between the parties. A historical analysis of the conduct of the actors of the conflict up to that time was made, introducing a problem of how – within Colombia – members of the FARC, government, private sector and civil society responded to this milestone in the country's policy on dealing with of an almost secular event on international politics. Thus, for the government, signing a consensus meant less weight on the track record of previous administrations and pointed the way for subsequent presidents. Therefore, negotiations, foreign mediation, domestic and international pressures in meetings held outside the country until the elections in 2018 arrived were predicted facts and corresponded by those involved.

KEYWORDS: Colomby, agreement, participation, politics.

¹ Graduado em Relações Internacionais, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus V. E-mail: jordannpf95@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Quem são ou foram as FARC? O que fizeram durante todo esse tempo para que somente um acordo com o governo as fizessem parar de usar a violência na Colômbia? Existem e quem seriam os outros atores nesse cenário conflituoso? É uma luta política ou econômica?

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia foram um gigantesco grupo com base em um movimento guerrilheiro crescente na América Latina no contexto da Guerra Fria. Associado a uma carência de assistência social da política colombiana sobre a população rural, o grupo surge tendo os camponeses resistindo as investidas armadas de interesses de grandes latifundiários e perseguições corroboradas dentro da própria gestão governamental da época. Suas ações se fundaram no uso da violência para conquistar aquilo que careciam – acesso à terra, democratização dos serviços básicos do governo, e integração a sociedade civil sem discriminação por serem residentes da zona rural – e que, por direitos, foram entendidos e validados através do presente acordo de paz em 2016. Paralelo a essa realidade surgiu um movimento de resposta as guerrilhas, financiados pelos próprios fazendeiros que não se continham com a quantidade de terras que detinha posse e com a ameaça constante da existência das guerrilhas que possibilitaria uma revirada, são eles os paramilitares.

O conflito foi ocasionado mais pela ausência do Estado que por sua onipresença. O roteiro da América Latina traduz as reformas agrárias que não se consolidaram totalmente em conquistas democráticas. Então, pode-se caracterizar que a luta dos movimentos camponeses em guerrilha como de cunho integral de política e economia, cujo alicerce é apresentado na exclusão social de uma camada social do processo de desenvolvimento econômico da Colômbia, nutrindo uma desigualdade tamanha entre a zona urbana e rural, mais tarde figurando a violência como porta de saída desse espaço desigual para uma frente de combate direto sobre o governo local, alcançando por vezes, patamares regionais de conflito.

O contexto de Guerra Fria, onde se buscou a libertação da polarização na política internacional foi propício para que as FARC se fortalecesse e com o apoio e inspiração em Cuba, com a intersecção do tempo e das culturas de cada época. As guerrilhas, as forças paramilitares e o próprio governo são os protagonistas do conflito interno na Colômbia. É importante uma reflexão sobre as dicotomias do público x privado, sociedade x Estado, barbaridade x civilização, doméstico x internacional.

Conhecer, entender e refletir sobre os estudos que envolvem a região da América Latina são as questões postas para essa avaliação de como a soberania, economia, ditaduras, conflitos étnicos, meio ambiente e como em destaque, guerrilhas e movimento camponês são encarados dentro de uma perspectiva atual na Colômbia. Em se tratar de um país significativo para se justificar a evidenciar da zona rural como espaço de desenvolvimento econômico para a sociedade no geral, através do incentivo da produção do pequeno agricultor e da qualidade dos serviços realizados no campo, visualizam incentivos para a melhoria dos setores que estão à margem desde contextos antigos.

O tópico inicial do trabalho versa sobre o ator mais importante do conflito – as FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo). Esse grupo buscou a transformação da realidade social da Colômbia por uma luta de direitos não atendidos pelo governo ao longo dos anos, precisamente da população rural e das mulheres, que sofriam com um preconceito institucional vindo dos mais influentes na política nacional.

O governo, considerado um outro ator do caso, tem participação precisa sobre a vida dos camponeses que se transformaram em grupos guerrilheiros na Colômbia, incluso as FARC. Na segunda parte do texto, a interpretação e a conduta dos presidentes entre os anos de 2002 a 2016 – Uribe e Juan Santos – significam a disparidade das políticas destes diante das expressões calamitosas do campo.

Continuamente, as eleições em 2018 partiram a política nacional da Colômbia como um divisor de águas para a transformação das sequelas do conflito em uma democracia participativa. Fruto do acordo de paz, assinado em 2016, nas eleições a Colômbia contou com a participação do FARC – atual sigla do partido que competiu as FARC-EP em se transitar para a sua reinserção a sociedade colombiana. Nesse capítulo são expostos a representatividade, o curso das ações, o resultado e as expectativas com este resultado.

Por fim, o texto do acordo de paz é destrinchado e resumido de sua fiel escritura, incidindo sobre o papel do Estado e das FARC-EP para instituir a paz na Colômbia a partir de dezembro de 2016. A abordagem caracteriza, pois, a manutenção de um status que não viole direitos humanos, tampouco apague a importância da diversidade de identidade cultural do país – em se tratar de um acordo multiétnico –, como também não é plausível deixar a margem a mulher na construção de políticas públicas. O acordo em suas centenas de páginas compreende protocolos, planos e medidas de ações para a reunião dos interesses de ambas as partes que estavam em atrito.

2. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – meio século de terror

Uma das mais estáveis e a mais antiga democracia da América Latina, quarta maior economia da região, a Colômbia ainda apresenta conflitos envolvendo direitos de grupos ou setores locais que foram retirados desde a independência do país, através da reivindicação por uma justiça social e econômica entre os ricos e os marginalizados. Embora seja um país com histórico agrário, não é de se esperar que se considere harmoniosa a relação entre o governo e os movimentos agrários na Colômbia. É o país onde o genocídio sindicalista ocupa maior lugar no mundo, cujos líderes militam sobre a questão rural – sobre o acesso à terra e à propriedade.

A esse alinhamento as necessidades dos marginalizados, a frente política dos movimentos sociais se situa no campo. Estes lutavam pela condição sadia de trabalho e salário, onde não fossem submetidos a trabalhar para os grandes fazendeiros, nem em terras deles. Uma economia que não fosse dirigida nas bases do neoliberalismo, ao mesmo tempo em que também se debruçava sobre a construção de um estilo de vida paralelo a ausente reforma agrária no país. O contexto da crise global do capitalismo em 1929, quando o desemprego e as dificuldades in loco, incide positivamente sobre as lutas agrárias de forma estável, abrangendo muitas regiões.

Os interesses dos camponeses reverberaram no surgimento de guerrilhas², apoiados em um embate entre liberais e conservadores. Entre os anos de 1948 e 1953, a Colômbia passou por uma guerra civil, mesmo não declarada, conhecida como ‘A Violência’. Esse momento se deu pelas autodefesas campesinas liberais e comunistas que se organizaram no objetivo de combater a expansão territorial armada, as quais eram lideradas pelos latifundiários. Esse foi um dos contextos que deu origem as FARC, como sujeito social e produtivo³. As FARC foi o

² Segundo Octavio Ianni (1988) “toda revolução popular na América Latina conta com segmentos camponeses, quando não arranca do mundo camponês”.

³ Conceitos apresentados por Shameel T. Silva (2008).

maior e mais resiliente movimento guerrilheiro existente na América Latina (FONSECA; AZEVEDO, 2018: 2).

Em relatório, o Secretariado Nacional das FARC-EP descreveu que nos anos 60 uma onda anticomunista se estendia na América Latina e no Caribe, onde os governos alinhados com os Estados Unidos definiam que toda oposição política, manifestação de inconformidade social, ou expressão popular que lutava por transformações econômicas, sociais e políticas teriam caráter de integração com o plano de dominação mundial posto pela União Soviética e que os grupos que manifestavam essas diretrizes deveriam ser exterminados.

Perry, em seu livro *Violentology*, justifica que o surgimento da guerrilha está associado a três causas: i) como um negócio lucrativo que se autoperpetua e é influenciado pelo narcotráfico; ii) como um ciclo de represálias por atrocidades cometidas no passado; iii) por fim, uma guerra de classes de camponeses revolucionários contra um sistema corrupto. Já Álvaro Villarraga enumera outros três elementos para a explicação do conflito armado que se deu durante a atuação das FARC: i) a tendência de exercer a violência do poder e da política; ii) a falta de resolução sobre a questão da propriedade de terra no campo; iii) a falta de garantias para a pluralidade e o exercício da política.

A esses dois pontos de vista iniciais, pode-se destacar a questão do campo como uma problemática e consequência para o surgimento de grupos armados. A manifestação popular iniciada pelos camponeses colombianos acentuou ainda mais a pressão sobre o governo acerca dos direitos fundamentais naquela época e naqueles espaços territoriais. Direitos esses, reivindicados pela importância para a manutenção e vida da própria população rural. Esses mesmos direitos foram recolhidos e defendidos num conflito que perdurou cerca de 52 anos no país.

Conflito se define por

Un fenómeno natural en toda sociedad, es decir, se trata de un hecho social consustancial a la vida en sociedad. Así mismo, las disputas son una constante histórica, puesto que han comparecido en todas las épocas y sociedades a lo largo de los tiempos. Incluso, el cambio social que determina toda la dinámica de la vida de los seres humanos es una consecuencia que debe ser imputada de modo mayoritario, aun cuando no de manera absoluta, al conflicto. (SILVA, 2008, p.1 apud SUARÉZ; CASTILLO, 2016: 37-38).

Em um outro momento, no ano de 1964, com a colaboração dos Estados Unidos, próximo a região de Marquetalia, El Pato, El Guayabero, o exército colombiano atacou grupos de autodefesa, provocando uma reação (guerra civil) com os camponeses em forma de guerrilha. As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia agem como resposta para a tomada de poder político no país, quanto a inconformidade com a questão de domínio territorial – confisco da propriedade latifundiária – nas mãos dos mais ricos – aquelas ocupadas por companhias ditas imperialistas. Influenciados pelo contexto da revolução cubana e pela personalidade de Fidel Castro, a massa popular continua na defesa de seus interesses, das mais graves carências ignoradas pelo alto escalão. As FARC mantêm a defensiva da criação de estado marxista, com princípios socialistas.

Em 1965 foi realizada a Primeira Conferência Guerrilheira tida como berço do Bloco Sul – que antecede a formação militar das FARC. Como objetivo esse evento buscou converter-se em guerrilha móvel para distrair as forças oficiais da Colômbia. Um ano depois foi realizada a

Segunda Conferência, com a oficialização das FARC como movimento guerrilheiro. Ao todo no início eram 350 homens organizados em 6 núcleos.

Com o posicionamento militar⁴ dos grupos de autodefesas camponesas, o governo provoca a criação de forças paramilitares de direita, quando em 1968 surge a AUC (Autodefesas Unidas da Colômbia).

Nos anos 70, a crise econômica da Colômbia ocasionou revoltas camponesas mais intensas. As FARCS e os demais grupos guerrilheiros estiveram à frente dessas mobilizações. Já nos anos seguintes a guerrilha continuou crescendo e desenvolvendo novos planos e estratégias para concretizar seus objetivos. (CASTRO, 2018: 14).

Somente na década de 80, que na necessidade de fundos de financiamento para sua manutenção, as FARC começaram a praticar o cultivo e o comércio de drogas, como também chantagem contra o governo quando passa a sequestrar civis. “O narcotráfico veio potencializar outros fenômenos presentes na vida colombiana: a violência das guerrilhas e dos paramilitares, o clientelismo e a corrupção, a cultura do jeito e a desinstitucionalização do país” (VALENCIA, 2005: 131). A política colombiana sofreu com a corrupção no clientelismo, na compra e venda de votos, e no dinheiro obtido com o narcotráfico⁵.

Era clarividente que a guerra funcionava por concentração geográfica da violência armada na Colômbia, onde os vários acampamentos se estendiam por planícies, selvas, colinas, rios e campanhas. Por serem, na maioria, criados no campo, os guerrilheiros tinham conhecimento de como se movimentar em territórios não urbanos, o que dificultava a ação dos exércitos do governo e de forças paramilitares.

Durante o governo de Belisario Betancur foram estabelecidos acordos de cessar-fogo entre as FARC-EP e o governo, os Acuerdos de la Uribe. Esse compromisso, a partir de 28 de maio de 1984 buscou uma saída política para o conflito.

Em 1986, as FARC em alinhamento com o partido comunista e o movimento ‘União Patriótica’⁶ tem uma votação expressiva de aproximadamente 300.000 votos. Nesse contexto se deu um genocídio político, quando 3.000 homens foram mortos por uma articulação de cartéis de tráfico de drogas, grupos paramilitares e facções políticas (FONSECA; AZEVEDO, 2018: 11).

O secretariado das FARC-EP passou pela mão de diversos administradores, dentre um deles o senhor Rodrigo Londoño (Timochenko), que como presidente do atual partido, se pronunciou como candidato à presidência nas eleições em 2018, desistindo meses antes por problemas de saúde.

⁴ A composição total do arsenal das FARC ainda é relativamente desconhecida e, no mínimo, objeto de larga controvérsia (FONSECA; AZEVEDO, 2018: 14).

⁵ Nas eleições em que disputavam a presidência os candidatos André Pastrana e Ernesto Samper, gravações vazaram contendo a informação de que o candidato eleito Ernesto teria recebido dinheiro do narcotráfico para financiamento de sua campanha. O acusado foi absolvido pela Câmara dos Representantes.

⁶ Em 2002 o partido se dissolve devido a desistência dos integrantes em continuar na corrida pelo poder político, com as ameaças existentes e o histórico de perseguição com o movimento.

Em períodos de fortaleza, as FARC detinham de quase 40% de domínio sobre o território colombiano e, tinham em torno de 1.800.000 guerrilheiros em seu exército. Até que após uma ação militar do governo, seu exército diminuiu drasticamente em 7.000 soldados do tráfico.

As guerrilhas se apoiam em setores marginais e ilegais da sociedade, nos jovens das favelas deprimidas economicamente, nos camponeses que cultivam coca, em todos os excluídos sociais. Mas esses marginais têm a dupla condição de ser vítimas e de fazer vítimas. Participam de atividades ilegais e atacam a sociedade, mas resumem a tragédia de uma nação que obriga milhões de pessoas a viver das migalhas de negócios sujos. São uma grande força social que ataca de fora do Estado e da sociedade formalmente estabelecida. (VALENCIA, 2005: 146).

O combate foi intenso as FARC e, como ator doméstico – cuja atuação mostrou-se desafiadora para os presidentes que tiveram como agenda política a busca pela paz – trouxe consequências drásticas. O conflito deixou mais de 260 mil mortos, cerca de 7 milhões deslocados internos. Segundo texto de Fonseca (2018), a Colômbia é considerada o segundo maior país no mundo com o maior número de deslocados internos. Segundo a Human Rights Watch somente entre janeiro e novembro de 2017 foram mais de 48.000 deslocados. A par disso, um acordo foi estabelecido com o governo que vinha passando por negociações desde 2012, sendo implementado em 2016, sendo uma consequência positiva para os camponeses e ex-guerrilheiros.

3. Medidas do governo da Colômbia de 2002 a 2016 quanto a guerra contra as FARC-EP

A América Latina e muitos países nos demais continentes passaram por uma globalização neoliberal, onde a dominação dos centros econômicos sobre a periferia acentuou os processos de instauração de uma ordem cosmopolita. Ibarra (2011) pontua que essa ordem criou acordos indispensáveis para uma convivência pacífica, de trocas comerciais entre as nações. A Colômbia em seus governos liberais viveu momentos de glória e buscou a ampliação de seus mercados, pela internacionalização de seus produtos. Entretanto esqueceu de promover o desenvolvimento social das pequenas camadas da população.

Essa ausência do Estado nessas regiões foi o motor para as rebeliões no meio rural, onde os camponeses se viam invisíveis para as políticas públicas e distanciados do acesso aos serviços básicos, como saúde, educação e cultura. Essas rebeliões traduziram o reconhecimento de classe dos camponeses, na justificativa da conduta irresponsável dos governos e, se situaram com o direito de impor sua participação e ter suas necessidades atendidas.

Essa é resposta de saber por que na América Latina se encerraram os conflitos armados e na Colômbia perdura até hoje. Os problemas agrários sempre foram presentes no conflito armado. Então há uma causa acumulativa do conflito: contínuas reivindicações de uma classe popular versus medidas progressivas e políticas públicas para essa mesma classe. Desde o ano de 1936 os governos vêm tentando a implementação de uma reforma agrária, sem sucesso, para redistribuir de forma solidária e justa as propriedades rurais no país.

Como as Forças Militares da Colômbia formaram-se num contexto de lutas internas, não como os exércitos europeus – que se fundaram na luta por territórios e nacionalidades –, o perfil dos soldados colombianos no combate a esse inimigo terrorista não surte efeitos de resolução. Envolve uma perda de tempo e de força bruta da pasta de Defesa Nacional. Assim, durante os governos de André Pastrana e de Uribe, uma cooperação conjunta com os Estados Unidos

buscou integrar as estratégias militares e conhecimento científico para deter os movimentos insurgentes.

As tentativas anteriores de paz com Belisario Betancur no final da década de 80⁷, César Gaviria entre 91 e 92; e em 99 a 2002 com Andrés Pastrana, deixaram a política de segurança nacional parcialmente presentes, não hegemonzando esse discurso.

Segundo o índice Gini, a Colômbia indica o ponto ‘0,88’, que numa simulação onde dentre dez pessoas que dividem um bolo entre si, somente uma delas é dono de nove pedaços. Assim se manteve durante anos a distribuição de terras, porque o governo não realiza um cadastro anual para pontuar e identificar quem, o quanto e por que de ter domínio sobre determinada propriedade rural. A concentração das terras⁸ é demasiada forte e justifica as revoltas dos camponeses e as insurgências de conflito armado no século XX.

A Colômbia durante governos da frente democrática passou por regimes jurídicos-econômicos e uma política de Estado para construir uma ordem neoliberal, através de dinâmicas econômicas, políticas e sociais. O primeiro presidente do século XXI figura como um apoiador dos meios usados pelos EUA no combate ao tráfico de drogas, portanto, avesso as possibilidades de diálogo na busca pela resolução das reais causas desse incidente na política nacional. Uribe lutou para integrar o discurso estadunidense a Colômbia de forma mais integral com o pós-11 de setembro.

Más mercado y menos Estado; menor intervención estatal y más desregulación financiera y comercial; un Estado fuerte (...) al servicio de la productividad y la clase dominante; función del mercado para la cohesión social y límites a los canales políticos; fomento a la trans-nacionalización y financiarización. (FRIEDMAN, 1976).

A vulnerabilidade dos Estados latino-americanos é decorrente, em grande parte, da ausência de estrutura socioeconômica essenciais para garantir qualidade de vida as suas populações, e que, por essa razão, se torna fator para a instalação e disseminação da criminalidade. Enquanto o crime como estrutura organizada se fortalece de modo sistemático, os Estados não conseguem ampliar o seu poderio e combate na mesma velocidade. (ARAÚJO, 2017: 54).

Álvaro Uribe Veléz

Em seu governo existiu dois fatores imprescindíveis para que as forças militares e policiais do governo se reorganizassem e adotassem uma nova estratégia frente as FARC (FONSECA & AZEVEDO, 2018). Primeiro, pelo apoio sólido dos militares em sua campanha eleitoral, segundo que através da intervenção dos Estados Unidos, um projeto de investimento nas forças militares e policia, dando-lhes medidas de controle territorial e legitimação do poder do Estado, foi instituído para enfrentar os movimentos insurgentes, o famoso ‘Plano Colômbia’.

⁷ Essa tentativa de acerto de contas e paz já foi precedida pela Lei 001 de Reforma Agrária Rural, que procurou regular o acesso à terra nas áreas de retaguarda das FARC-EP. Nessa lei as propriedades que foram concedidas as empresas estrangeiras, que situam recursos como petróleo e mineração, banana, madeira, etc., são abolidas e passam para o domínio das guerrilhas onde se localizam. Como também as grandes propriedades de terra foram dadas a camponeses sem terra.

⁸ Em prática o Estado não regula seriamente o controle de propriedades fazendo a informalidade tomar espaço, como também a entrada de empresas multinacionais de mineração e agroindústrias no país, devido a desapropriação – por vezes forçada – e pelos espólios legais e administrativos.

Ainda durante o governo de Andrés Pastrana (1998-2002), plano estimado em US\$ 7,5 bilhões (a ser dividido entre um grande conjunto de doadores). A proposta final, redigida em 1998, focava em programas de redistribuição e ampliação do apoio do governo às áreas que haviam durante muito tempo sido negligenciadas pelo Estado. Contudo, esse desenho não convergia com a prioridade da agenda norte-americana (principal financiadora do projeto), e dentro de um ano essa proposta foi descartada em função de outra, que enfatizava investidas militares a regiões de plantio de coca, além da modernização e do fortalecimento geral das Forças Armadas (AVILÉS, 2006, p. 130 apud DARIO, 2010: 616).

De maneira mais reforçada, o ex-presidente estabeleceu um posicionamento firme das forças policiais de combate contra as FARC, sobre a guerrilha. O discurso é de haver uma “grande ameaça que aflige a democracia na Colômbia e no mundo” na “utilização do terrorismo como um método de combate que atenta especificamente contra a estabilidade do Estado”. (ibidem, 632).

As forças militares do Estado colombiano são instituições de caráter fascista, existindo até os dias de hoje, dentro de seu quadro de oficiais, grande influência das doutrinas da “Escola do Panamá”, difundidas pelos EUA nos anos 60 para estimular a guerra suja das ditaduras militares de então contra as organizações populares e de esquerda latino-americanas, barrando assim o “perigo de cubanização” do continente. Todas funcionam sob a ideologia claramente definida na “Teoría de la Seguridad nacional” que devem garantir, não importam os meios, a continuação no poder da oligarquia tradicional ou uma alternativa fascista. (PEDREIRA, 2011: 10).

Uribe defendeu uma intervenção⁹ militar precisa que derrubasse de vez o domínio da guerrilha no país, ao passo que Santos deu os primeiros passos para as negociações que resultaram no Acordo de Paz em 2016. Para isso, Uribe focou na formação e consolidação das novas Forças Armadas colombianas, acentuando o papel da relação com os EUA nas questões de segurança, e ignorou a manifestação de grupos civis armados paramilitares.

O governo deste implementou a chamada Doutrina de Segurança Nacional, pondo um investimento de até 5% do PIB colombiano para a segurança. Esse instrumento teve por finalidade três funções: combater a insurgência e dar ênfase às questões internas do conflito; usar a sociedade na vigilância sobre a movimentação das ações dos guerrilheiros; consolidar o papel dos Estados Unidos no comando e no financiamento material à política de segurança do país.

A conjuntura na qual essa doutrina foi implementada consolida o reforço mútuo entre a autoridade e a autonomia que os setores militares adquirem para determinar as estratégias de repressão da insurgência, por um lado; e a posição do governo de disponibilizar recursos e mecanismos para a realização dessas estratégias. (ibidem: 609).

O ex-presidente deu voz a uma “criminalização dos movimentos políticos e sociais, estigmatizando-os como o “inimigo interno”, e como grupos que atuam contra a realização do interesse nacional e em prol da causa de grupos “subversivos”” (ibidem). Assim, a manifestação em prol de um acordo de paz foi rebatida, por vezes, com violência porque a ofensiva pelos militares, já presente em Pastrana, foi radicalizada no governo de Uribe. Essa ação é fruto do contexto do discurso antiterrorista, pós 11 de setembro. (ibidem: 631).

⁹ A intervenção não conhece nem vitória, nem derrota, mas apenas graus de eficácia e sucesso.

Um marco em seu governo foi a criação de um projeto de lei sobre a proteção aos paramilitares, a Lei de Justiça em Paz, em 2003. Pelo decreto 128, a Lei 782 do ano anterior abarca a negociação com os grupos civis paramilitares. Mas o texto da lei, inicialmente, não se aplicava a ex-combatentes que se envolveram em crimes que violaram os direitos humanos ou o direito internacional humanitário. Para isso um dispositivo complementar, a Lei Alternativa Penal diz que ao Estado era proibido cumprir com a anistia e perdão aos militares. O presidente na época defendeu sanções alternativas no lugar de ser aplicado o direito penal convencional. (BERNARDI, 2013: 147).

Em resistência, movimentos sociais e algumas instituições se pronunciaram contra essa lei que beneficiava genocidas. Para a sociedade avessa a essa atitude de Uribe, a legislação doméstica deve obedecer ou ser orientada por tratados, normas e a jurisprudência de tribunais internacionais. A crítica a Lei de Justiça e Paz fez com que o governo retirasse o projeto de lei, apresentando uma nova proposta onde os acusados cumprissem pena de cinco a oito anos de reclusão. Mesmo com a sua aprovação, ainda as ONGs, movimentos de direitos humanos, Comissão Colombiana de Juristas (CCJ), o Coletivo de Advogados José Alvear Restrepo (CAJAR) e o Movimento Nacional de Vítimas de Crimes do Estado (MOVICE) apontaram a inconstitucionalidade da legislação perante a Corte Constitucional do país. (ibidem: 148-149).

Juan Manuel Santos

A base do diálogo para a promoção da paz foi o seu objetivo. As FARC-EP tinham se estruturado militarmente tão bem quanto as forças militares do governo, portanto usar recursos materiais para a continuação da guerra desgastaria homens de seu exército, os levando a morte e não teria uma resposta a curto prazo da resolução do conflito com a guerrilha. Portanto, ele acumulou as lições pelos erros dos demais líderes do país e obteve êxito, longe da cooperação estadunidense como estes fizeram.

“Para mim – e tenho certeza de que também para milhões de colombianos –, é uma grande satisfação ver que aqueles que combateram o Estado e suas instituições com as armas, por mais de meio século, hoje se submetam à Constituição e às leis da Colômbia, como todos nós fazemos.” Juan Manuel Santos, 2018.

As FARC não era, desde a década de 90 o único agente interruptor da paz na Colômbia. O ELN, o Bacrim, cartéis do tráfico como o de Pablo Escobar em Medellín agiam com o tráfico de drogas para obter dinheiro e claro, prejudicar a economia e os interesses dos Estados Unidos na Colômbia, incitando sempre o governo a forçar uma guerra que já não tinha mais resolução para a nação estadunidense.

Foi a partir de 2010, informalmente, que Juan propõe o diálogo para resolver a questão conflituosa com as FARC, promovendo a paz como objetivo de seu mandato e alcançando apoio popular e no Congresso para que as medidas fossem aceitas.

4. “Si a la paz”: Acordo de paz entre as FARC e o governo colombiano em 2016

Depois de várias tentativas frustradas dos governos anteriores, o presidente Manuel Santos (2011 – 2018) decide “escrever” um novo capítulo na história da Colômbia. Tal capítulo não volta no tempo para apontar a cooperação com os Estados Unidos da América como agente importante e com recursos suficientes para atingir a paz. Uma agenda de compromissos foi estabelecida em 2012 para que as negociações de fato avançassem e o país fosse coberto por uma onda de esperança e transparência. Juan foi o único que acreditou no fim dessa guerra –

universal contra as drogas e, na irreversibilidade da resolução do conflito – com o acordo de paz via diálogo com as FARC-EP, transitando para uma legalidade política e social.

As negociações com seu governo aconteceram na cidade de Havana, capital de Cuba, em 10 dias de sessões conjuntas, onde as delegações do governo, das FARC-EP, Noruega (um dos financiadores do acordo), Venezuela e Chile (testemunhas) se fizeram presentes no que se definiu Encontro Exploratório, entre 23 de fevereiro e 26 de agosto de 2012. As negociações iniciaram, informalmente, em 2010, levando em 2016 as pretensas assinaturas do acordo de paz em novembro de 2016.

O acordo de paz na Colômbia significou uma oportunidade histórica para que os abusos sobre os direitos humanos fossem contidos. É a defesa incondicional de um Estado de direito (IBARRA, 2011: 244). Segundo Castro (2018) o tratamento do governo para com a guerrilha FARC variou, de acordo com a perspectiva adotada por cada líder estatal, ao relacionar a manutenção dos grupos e os meios de superar a violência interna.

Uma das preocupações da população era a transparência das negociações. Nos primeiros momentos do Encontro Exploratório – promessa do governo colombiano –, o parecer sobre a resolução era comentado por jornais locais e mundiais, na urgência de uma resposta a comunidade internacional acerca da situação de assistência às vítimas e da penalidade sobre os responsáveis de crimes de guerra – tanto ex-combatentes como forças paramilitares ao Estado que surgiram para combater a guerrilha. O El País teve acesso a informações dessas primeiras rodadas em Havana (Cuba).

Em matéria, o jornal verificou que o governo colombiano apresentou cinco pontos para a discussão do acordo nesse primeiro encontro de negociação: i) desenvolvimento agrário e pobreza rural; ii) participação política; iii) desarmamento, desmobilização e incorporação dos ex-combatentes à vida civil; iv) a segurança, a verdade, justiça e v) reparação com garantias de não repetição do conflito. Em resposta, a delegação das FARC-EP pontuou seus interesses: i) solução política ao conflito social e armado; ii) proteção dos direitos humanos como responsabilidade do Estado; iii) política agrária integral; iv) e a crítica a exploração pelo desejo da conservação dos recursos naturais do país¹⁰; v) estrutura econômica e social; vi) reformas a justiça, luta contra a corrupção e o narcotráfico; vii) reforma política para a ampliação da democracia; viii) reformas de Estado; ix) Acordos sobre Direito Internacional Humanitário; x) Forças Militares; xi) Relações internacionais; xii) formalização dos acordos. Os compromissos entre as partes no acordo sobre esses temas se dariam de forma simultânea.

O Artigo 22 da Constituição Nacional da Colômbia diz que a paz é um direito e, ao mesmo tempo, dever obrigatório em cumprimento. Portanto, o presidente tem por função manter a ordem pública. Juan Manuel Santos, mesmo recebendo um “NÃO” no plebiscito em outubro de 2016, insistiu no Acordo de Paz com as FARC-EP e buscou o fim de um conflito histórico.

Mas que tipo de paz foi buscada entre o governo e a guerrilha? Ela é descrita como um direito humano, superior a outros, ditos posteriores, já que a paz é requisito necessário para o exercício dos demais direitos e deveres das pessoas e dos cidadãos colombianos. Essa paz

¹⁰ A partir da década de 90 essa atividade econômica tem ganho expressividade. Ouro, petróleo e outros recursos tem sido exportado em sequências absurdas para vários países. Mas foi em 2000 que as reservas de petróleo aumentaram e a extração de recursos no geral, passa a significar produção relevante para o comércio exterior. Os Estados Unidos tem sido o principal comprador de petróleo da Colômbia, embora outros países exportam para ele o mesmo recurso.

refletiu no acolhimento de mulheres, crianças, os povos indígenas, comunidades afrodescendentes e outros grupos que são diferenciados por etnia, camponeses e camponesas, descapacitados e deslocados pelo conflito, pessoas adultas e a população LGBTI. Em cumprimento do artigo 13 da Constituição do país, onde a igualdade e não discriminação (em suas variadas dimensões) deve ser buscada.

O Novo Acordo contribui para a satisfação de direitos fundamentais: i) direitos políticos, sociais, econômicos e culturais; ii) das vítimas de conflito a verdade, a justiça e a reparação; iii) o direito das crianças e adolescentes; iv) liberdade de culto; v) segurança jurídica e física individual, e coletiva; v) direito a não sofrer repetição da tragédia do conflito armado interno.

Por justiça transicional entende-se a análise das formas como as sociedades foram afetadas por determinadas violações de seus direitos humanos via guerra civil, conflito violento ou por regimes ditatoriais. Esse método jurisdicional, visa a transcendência de uma situação de desordem para um regime democrático, cujas garantias das vítimas são resguardadas por uma estabilidade de paz e no geral, da segurança da sociedade. Essa interpretação de Morales (2011) citada em SUARÉZ e CASTILLO (2016) é confirmada em conformidade com a maneira que se dá essa transição, parcial o total.

El tema de justicia transicional es tratado con vehemencia en el postconflicto, aspectos como reconstrucción, rehabilitación, asistencia humanitaria, verdad, justicia y reparación, así como hablar de un postconflicto total (se da cumplimiento a la totalidad del acuerdo y entrega de todos los actores armados) o parcial (cumplimiento parcial del acuerdo o entrega parcial de los actores), se hace indispensable y relevante ser tratado con detenimiento, conociendo fundamentos teóricos que brinden herramientas para posteriores análisis en relación al tema. (ibdem: 37).

Para os mesmos

El proceso de paz debe ser entendido como un mecanismo pacífico de solución de un conflicto armado interno y se da como una consecución de fases que permiten llegar a la firma de un acuerdo entre los actores armados, teniendo que la paz se consigue no solo con la negociación sino con el cumplimiento de lo acordado por las partes, es ahí donde es efectivo el proceso, es decir en el postconflicto se deben tener en cuenta aspectos como reparación, verdad, justicia, reconstrucción, entre otros, para lograr así el éxito total del mismo. (ibdem: 44).

A seguir seguem os elementos fundamentais de discussão das mesas de negociação para um acordo de paz estável e duradoura entre as FARC-EP e o governo da Colômbia. Por uma hierarquia de importância dos fatos, entende-se que a Reforma Agrária no país é o ponto mais importante e urgente para a resolução das indiferenças entre as partes em conflito a décadas. Conclui-se também que a marginalidade social de segmentos plurais entrou como questão relevante para o estabelecimento da paz integral no território colombiano.

Reforma Rural Integral

Esse foi o estímulo prioritário da ex-guerrilha e se mantém como ação prioritária no acordo com o governo, onde se sentam as bases para a transformação estrutural do campo, criando as condições fundamentais para o bem-estar da população rural – considerando homens e mulheres. A execução de uma reforma reverte os efeitos do conflito e substitui as condições que facilitam a violência insurgentes no meio rural.

Nesse cenário sociocultural, composto de uma diversidade, apenas as comunidades podem apresentar propostas de melhoramento de suas condições de vida, que definem uma proposta de desenvolvimento nacional na perspectiva de uma integração entre campo-cidade, urbano e rural. Essa junção de interesses converge na busca pela erradicação da pobreza, promoção da igualdade e que os indivíduos tenham o pleno direito de exercer sua cidadania.

A reforma visa a regularização (mapeamento e validação da posse na mão dos arrendatários) e a democratização (garantia de acesso à terra sem discriminação, nas mãos do (a) pequeno (a) agricultor (a) em razão da manutenção financeira de sua família) da propriedade rural. O projeto almeja a desconcentração de terra, em razão da função social que ela exerce.

O protagonismo feminino das mulheres rurais foi um crescente debate, sobre o domínio e liderança nas regiões. A RRI diz reconhecer o rol (uma sequência) produtivo e reprodutivo das mulheres no desenvolvimento da economia rural. A proposta de reforma se faz eficaz quando a transformação envolve homens e mulheres, passíveis de oportunidades de igualdade, quando as medidas forem para benefício de ambos. Seu papel fundamental é em qualquer espaço – política, economia, cultura – de sua região e de sua nação.

Ao passo de se concretizar, alguns espaços e manifestações terão papel fundamental para a Colômbia pós-acordo. O país terá uma economia campesina, familiar e comunitária¹¹ em seu desenvolvimento no campo, a erradicação da fome como meta, plano de geração de emprego e rendimento, dignidade e formalização de trabalho (através da OIT¹²), a produção de alimentos e, num todo, o desenvolvimento da nação enquanto espaço de coexistência de diversas formas de produção agrária, sem desmerecer aquelas menos industriais. Nesse cenário as associações solidárias de camponeses são essenciais.

Uma questão de síntese do projeto incide sobre a alimentação. A reforma vem assegurar o acesso, suficiente, em: oportunidades, quantidade, qualidade e preço dos alimentos necessários para uma boa nutrição, a priori pensando nas crianças, mulheres gestantes e lactantes.

A Reforma Rural Integral reitera a desestruturação neoliberal do Estado colombiano, com alguns princípios ordenadores, específicos para sua validade e resolução da violência no campo rural:

- i) A transformação estrutural da realidade rural, através da equidade, igualdade e democracia nas tomadas de decisão política;
- ii) O desenvolvimento integral do campo que vai depender do equilíbrio da agricultura familiar, agroindústria e do turismo, da agricultura em grande escala; também dependerá da competitividade nesse meio, via industrialização; a mesma competitividade em níveis divergentes de rendimento e reconhecimento no mercado;

¹¹ Basta compreendermos o conceito de Segurança Alimentar e as políticas públicas da Organização dos Estados Americanos (a famosa OEA) através de campanha pró desenvolvimento de zonas rurais e do consumo de produtos da agricultura familiar.

¹² A Organização Internacional do Trabalho visa a garantia do trabalho decente e do reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais, protegendo o meio social do campo.

- iii) igualdade e enfoque na questão de gênero, onde as mulheres terão respeito e condições de ter posse sobre propriedades de terra e projetos produtivos, financiamento, infraestrutura, serviços técnicos e formação profissional, entre outros serviços disponíveis pelo governo;
- iv) bem-estar pela erradicação da pobreza, via projeção da cidadania das zonas rurais;
- v) priorizar a atenção para as mulheres, crianças e demais pessoas adultas como vítimas do conflito;
- vi) na integralidade, o governo terá que assegurar a produtividade, com o acesso à terra, oportunidades de inovação, ciência e tecnologia, assistência técnica, crédito, liberdade comercial, dentre outras possibilidades e recursos que agreguem valor;
- vii) o governo assumirá o restabelecimento dos direitos dos deslocados e da reversão dos efeitos do conflito e do abandono que ocorreu em comunidades e territórios dominados pelas FARC;
- viii) com a regularização da propriedade, o governo irá legalizar e definir a posse da terra para os camponeses – tidos como os verdadeiros donos dela;
- ix) as pessoas terão direito à alimentação saudável com um acesso adequado, de forma sustentável;
- x) o governo garantirá a participação das comunidades nas tomadas de decisão;
- xi) a reforma terá que beneficiar o maior número de pessoas – homens e mulheres – num menor tempo possível, de forma intensa, pesando os efeitos sobre as particularidades de cada região;
- xii) Com a democratização do uso da água, o governo se compromete com a promoção e acesso desta, via desenvolvimento sustentável – respeitando as leis ambientais – e de acordo com as definições territoriais de campo e cidade;
- xiii) é de responsabilidade dos próximos presidentes manter a presença eficaz e ampla do Estado no amparo das populações rurais, em seus territórios;
- xiv) democratização do acesso e o uso adequado da terra através de projetos de redistribuição equitativa;

A reforma se preocupou com o acesso à terra, com a impotência de algumas, a formalização da propriedade dos ex-combatentes e dos camponeses que perderam suas posses, com a definição de fronteiras agrícolas para melhor produção e a proteção das reservas – proteção da natureza e dos bens naturais provenientes dela. Essa preocupação se justifica na

dignidade da população rural quanto a disponibilidade dos serviços básicos provenientes do governo. Este último instituiu fundos de financiamento para o provimento de uma melhor gestão no país, como também programas de desenvolvimento – como o PDET (Programa de Desenvolvimento com Enfoque Territorial) – e planos nacionais para o estabelecimento da reforma.

Se espera que em até 15 anos a pobreza e o atraso socioeconômico nas zonas rurais se reduzam em até 50%. Essa redução será o resultado dos investimentos em educação possibilitando as crianças e adolescentes as oportunidades de cidadania. Muitos jovens planejaram conquistar vagas em universidades e exercer profissões diversas quando a paz fosse estabelecida com a guerrilha.

Participação Política

Ela sublinha a necessidade do surgimento de novas forças no cenário político, a fim de enriquecer o debate e prestar deliberação dos grandes problemas nacionais que pairam sobre a política doméstica. Assim, o pluralismo¹³ é fortalecido por essa coexistência de visões e interesses na sociedade colombiana. Foram criados mecanismos democráticos de participação cidadã, de forma direta, nos diferentes níveis e em diversos temas.

O acordo selecionou os direitos e as garantias plenas da oposição pública, dentre eles o acesso aos meios de comunicação¹⁴. Criou-se um Estatuto de garantias para o exercício da opinião pública, que se fragmenta num Sistema Integral de Segurança. Esse último visa assegurar a promoção e proteção da pessoa, o respeito pela vida e a liberdade de pensamento e opinião, fortalecendo os princípios da democracia, prevenindo a violência contra quem exerce oposição política dentro do país. Esse instrumento é descrito segundo algumas categorias: i) adequação normativa e institucional; ii) prevenção; iii) proteção e; iv) avaliação e segmento.

Como salvaguarda para os líderes e lideras de organizações e movimentos sociais, tanto como para os defensores e defensoras dos direitos humanos na Colômbia, o direito a participação política também acolhe essas figuras diplomáticas da política doméstica quando, foi estabelecido suas garantias de segurança como foi o Sistema Integral de Segurança, fundado nos mesmos elementos, embora suas abordagens diferem.

Dentro do acordo há a ideia de que a sociedade democrática e organizada é uma condição para a construção da paz estável e duradoura. Na democracia para a Colômbia os movimentos sociais terão blindadas suas garantias a participação e interlocução com as autoridades, visando sua proteção e evitando ataques por parte da oposição as negociações com as FARC. Reitera que sejam garantidas também a liberdade de mobilização e protestos pacíficos, onde se respeitem os direitos a reunião, livre expressão, consciência, e em destaque a oposição como elemento imprescindível no e do regime democrático.

É citada também a promoção de participação dos grupos mais vulneráveis, que são tratados como prioridade no acordo, durante o período eleitoral que seguirá pós implementação

¹³ Com a criação do ‘Conselho Nacional para a Reconciliação e a Convivência’ esse pluralismo obteve êxito em vantagens para as sociedades discriminadas.

¹⁴ O governo propôs uma política de inclusão quanto aos meios de comunicação, providenciando para as comunidades afetadas pelo conflito o acesso, o manuseio e a produção de informações. Rádios, jornais e programas de TV se tornaram mais acessíveis para a população carente e situada em zonas rurais. O programa de integração do campo também proveu de assistência técnica para a capacitação dos interessados e interessadas.

desse arcabouço jurídico. Essa participação está condicionada sob uma maior transparência no processo de criação ou adesão a partidos políticos, campanha e seu local de fala em futuras contestações sobre as ações dos eleitos. A luta contra a corrupção e penetração de estruturas criminais¹⁵ nas instituições públicas é uma meta contínua dos insurgentes para evitar o retorno da violência no país. A proposta inclui também uma reforma do regime da organização eleitoral através da ‘Missão de Observação Eleitoral’ onde foram selecionados sete ‘fiscais’ para analisar o cumprimento da moral no momento das eleições por parte dos envolvidos na luta pelo poder. O Estado da Colômbia cumprirá com a revisão e ajustes institucionais necessários.

O acordo não teria sentido se não fosse implementado com a observação e com a própria atuação daqueles que ele busca favorecer. A participação geral da sociedade – justiça social – na construção da paz na Colômbia e sua participação foi fundamental, no planejamento, execução e segmento dos programas nos territórios selecionados para a transformação socioeconômica, visando assim um processo transparente e emancipatório de resolução de conflito.

A participação política é importante porque ela condiciona a oposição a figuras impregnadas na máquina pública e pode evitar a corrupção:

A reprodução institucional da corrupção no país está estreitamente relacionada com a inexistência de oposição política. O monopólio do poder político tradicionalmente foi exercido pelo Partido Conservador e pelo Liberal, ambos oriundos da oligarquia. Dessa forma, a inexistência de oposição política corrompe o Estado porque o controle político da gestão administrativa simplesmente não existe. Os déspotas que sempre governaram a Colômbia sempre concordaram que liquidando a oposição fortaleceriam seus regimes. Mas, a longo prazo, o resultado é a debilitação progressiva do Estado, a incapacidade de monopolizar a força e, claro, a reaparição dos conflitos com renovada intensidade. (PEDREIRA, 2011: 14 – 15).

O acordo é o desejo de ver a democracia imperando na Colômbia, como espaço físico e abstrato de representação social. Ela é condição para a paz. Nela se requer um respeito por quem exerce a oposição pública ao governo em posse do poder vigente.

A democracia ficaria órfã sem o respaldo e a observância de um Estado de Direito, complementa Ibarra, ao respaldar que na tutela da lei a população tende a eleger melhores alternativas para sua governança e seguridade de seus direitos fundamentais. Longe do autoritarismo franco, a soberania popular é um princípio básico da democracia. O relógio da política não atenta a fenômenos superados que extinguem a capacidade dos marginalizados em incorporar suas aspirações aos instrumentos jurídicos que regem uma nação de agora.

Pelo acordo se fez necessário criar condições e dar garantia para que as organizações criminosas se transformassem em partidos ou movimentos políticos – depois do perdão e definição e cumprimento de pena para alguns – e além disso, agir em conformação, exercício e também controle do poder público. O governo criou o Estatuto da Oposição em abril de 2017. Essa ferramenta permite que partidos que não se alinham ao governo tenham garantias eleitorais e políticas. Nessa oportunidade, as FARC se projetou em um movimento intitulado ‘Vozes da Paz’, sob a proteção jurídica do legislativo quando estabeleceu sua reintegração política assim que as armas fossem depostas.

¹⁵ Ver sobre “parapolítica”.

Em setembro de 2017, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia se destituiu das armas e anunciou a formação de seu partido político para as próximas eleições no ano subsequente, mantendo a sigla, os ideais sociais, mas agora via democracia para obter sua cidadania. As Forças Alternativas Revolucionárias do Comum se posicionam para a população discriminada e marginalizada como instrumento resultante da luta secular desses grupos, se movimentando para as eleições próximas, em 2018, para apresentar suas propostas de candidatura a pleitos legislativo e executivo.

Cessar-fogo, hostilidades bilaterais e entrega de armas

O governo decidiu que não há mais espaços para a intolerância e a persuasão por razões políticas. Assim, dentre os demais problemas, ele instituiu um acordo com as FARC-EP cuja ação incide sobre o término do conflito e das divergências entre as partes, através da entrega das armas da guerrilha. A entrega não significou submissão ou rendição, mas uma aposta de progresso via democracia na participação política que ganhara os ex-combatentes. A entrega das armas prepara a institucionalidade e o país para a reincorporação das FARC-EP a vida social.

No cronograma estimou-se que em até 180 dias, após a assinatura do Novo Acordo, as FARC-EP entregaria todas as armas, munições e instrumentos de guerra usados ao longo dos anos, dentro uma estrutura espalhada e fragmentada ao longo do território do país – as Zonas Verdes Transitórias e de Normalização. O processo foi dividido em três etapas, de acordo com o dia “D” (01/12/2016) quando se considera o período pós-conflito. Na primeira etapa os insurgentes têm até 90 dias, pós o dia “D” para isso. Na segunda etapa foi dado 120, e na última até 150 dias, com tolerância de 30 dias.

O acordo, aponta Fonseca e Azevedo (2018) considerou que

Os guerrilheiros teriam até o dia 31 de dezembro de 2016 para se apresentarem nas áreas de desmobilização. Contudo, as expectativas foram exageradamente otimistas, tendo em vista que, ao findar este prazo, poucos insurgentes tinham de fato se apresentado para desmobilização. Desta forma, o prazo foi dilatado para 31 de janeiro de 2017, quando, então, todo o efetivo de guerrilheiros deveria estar nas zonas definitivas de concentração. Porém, isso não ocorreu. (p. 7).

As ZVTN são espaços estabelecidos para as negociações, reconciliação e reincorporação dos guerrilheiros à vida civil. A escolha para a instalação é meramente geográfica, relativa ao relevo do território. Por cada zona, as FARC-EP admite a mobilidade de um grupo de 10 membros a níveis municipal e departamental, na função de resolver as tarefas pertinentes ao Acordo de Paz. A nível nacional um grupo com 60 membros é mobilizado.

Nas zonas há algumas restrições: não são aceitas manifestações de caráter político; a população civil não tem permissão de entrada; é impedido o porte de armas; se situam próximas a alguma sede do Mecanismo de Monitoramento e Verificação.

O Cessar-fogo e das hostilidades bilaterais de forma definitiva precisou de uma estrutura para que as regras fossem cumpridas e as se dessem as consequências esperadas. As regras visaram identificar as ações que gerariam violação ao cessar-fogo. Para isso foi instituído um Mecanismo de Monitoramento e Verificação para identificar o cumprimento dessa medida. O mecanismo é formado de 3 instâncias: i) uma ordem nacional; ii) oito estruturas de caráter

regional; iii) algumas de caráter local espalhadas em áreas determinadas pelo governo. Alguns países membros da CELAC estiveram presentes.

A entrega das armas esteve relacionada com a questão de segurança. No acordo, a segurança era garantida para alguns grupos: integrantes do Mecanismo de Monitoramento e Verificação; delegados e servidores públicos do Acordo; integrantes das FARC-EP; a população civil durante o CFHBD e entrega de armas e das ZVTN; deslocados das FARC-EP a ZVTN; as ZVTN durante o CFHBD e entrega de armas; por fim, a aqueles que manipulam, armazenam e transportam e detém o controle de armas durante as atividades de reincorporação.

Nesse procedimento se monta uma logística estrutural inteligente e segura, para que a entrega se dê de forma transparente, numa ordem de atividades: registro, identificação, monitoramento e verificação, coleção, armazenamento, extração do armamento e disposição final do armamento.

Existe uma minoria resistente ao acordo, que não se desarmou e continuou a cometer certos abusos. Quando não, alinham ao ELN ou outros grupos guerrilheiros menores, insatisfeitos com a decisão final das FARC, decidiram continuar na selvageria e conviver com a vida.

O governo afirma que há um percentual de até 7% de ex-guerrilheiros das FARC que aderiram a outras guerrilhas, por não concordar com o acordo de paz. Disso, cerca de 1.000 a 3.000 guerrilheiros das FARC agora pertencem ao Exército de Libertação Nacional (ELN). As causas a isso são diversas, dentre elas a demora por parte do Congresso colombiano em cumprir questões urgentes e primordiais do acordo – reintegração e transição para a vida civil¹⁶.

Segundo alguns autores, já foi possível identificar o retorno recente de dissidentes ao tráfico de drogas, em suas várias etapas, desde o controle e supervisão de plantio de coca, até o refino da cocaína em laboratórios escondidos na zona rural. (ALBALADEJO, 2017; CRISISGROUP, 2017 apud FONSECA; AZEVEDO, 2018: 8). Desta mesma maneira, segundo as forças militares da Colômbia, diversos dissidentes das antigas Frentes 1, 7, 14 e 47 já teriam retomado suas atividades criminosas, sequestros, extorsões diversas e tráfico de drogas. (BARGENT, 2017^a ibdem).

Concluído o cessar-fogo e o fim das hostilidades bilaterais entre as FARC-EP e o governo da Colômbia de forma definitiva inicia-se o processo de reincorporação dos ex-guerrilheiros na sociedade civil, via economia, política e papel social, de acordo e em acordo com os seus interesses. Dessa vez, o Novo Acordo inclui o direito das mulheres em todas as partes que requerem a participação ativa ou passiva da sociedade civil.

Para obter os recursos dados pelo governo ao processo de reincorporação, os ex-combatentes precisam estar na lista, feita pelas próprias FARC-EP e se prontificar a apresentar-se junto as Zonas de Normalização.

Friedman (1976: 16) afirma que a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política.

¹⁶ O estabelecimento dos ex-combatentes aos espaços escolhidos para sua reintegração social, assim como os créditos concedidos as famílias e campanhas pela empregabilidade.

A reincorporação se dá de forma gradativa, iniciando pelas garantias para a formação e adesão a partidos ou movimentos políticos. O partido criado pelas FARC terá personalidade jurídica como os demais existentes. O governo disporá de financiamento – um auxílio financeiro entre a data de promulgação do acordo até 19 de julho de 2026 – e assistência técnica, entretanto os recursos obtidos via cooperação internacional com as FARC-EP, não podem ser utilizados para fins de campanha eleitoral.

Nas campanhas eleitorais está assegurada a participação efetiva e a livre manifestação de discurso e mecanismos de persuasão dos candidatos das FARC para obter votos, como também o uso da mídia a seu favor. Os programas de propaganda eleitoral aceitarão a presença de candidatos das FARC e lhes darão, segundo o acordo tempo e meios iguais aos usados pelos demais partidos políticos.

Por fim, será garantida ao partido político dos anistiados, a segurança de suas vidas e de sua liberdade política dentro do contexto das eleições. Essas garantias já foram mencionadas anteriormente no ponto ‘participação política’ elaborado para o acordo entre as partes em conflito de interesses. Os partidos são traduzidos então, como centros de pensamento e formação política na Colômbia.

A reincorporação econômica e social também se deu pelo surgimento de organizações que visam o desenvolvimento econômico através da economia social e solidária no campo. Um exemplo é o ECOMÚN (Economias Sociais do Común), que em se tratar de semelhanças na nomenclatura com a do atual partido FARC, chega a um consenso de que o desenvolvimento econômico deve prover e favorecer as comunidades, as sociedades base que habitam pequenas propriedades e tem interesses pequenos no capital, se comparados ao de grandes empresários. A ideia marxista de sociedade sobrevive nas manifestações particulares dos camponeses.

Para a identificação da necessidade do processo de reincorporação social e econômica, os membros das FARC-EP passaram por uma análise precisa, afim de receber os subsídios para a sua estabilidade. O governo fez a análise através de um censo socioeconômico para a identificação e desenvolvimento de programas e projetos produtivos sustentáveis. Cada integrante das FARC-EP, segundo o Acordo, terá direito a um apoio econômico para empreender um projeto individual ou coletivo no valor de 8 milhões de pesos.

Há uma série de particularidades no acordo. Uma das que chamam a atenção é reincorporação de menores de idade, cuja atenção se deu pelas políticas públicas voltada para a assistência social, provendo-os do básico em saúde, educação e cultura. É a pedagogia para a paz. A reincorporação destes a sociedade se deu 15 dias após a implementação do Acordo.

Através do Pacto Político Nacional, as partes concordaram em garantir a segurança e luta contra as organizações criminosas que foram responsáveis por homicídios, massacres e perseguição a defensores e defensoras dos direitos humanos¹⁷ no país. Muitas dessas organizações surgiram no âmbito paramilitar. O acordo sustenta a correção a essas violações em dispositivos jurídicos como o Estatuto de Roma.

As FARC-EP assume um compromisso de encerrar o conflito interno, se convertendo em partido político e ator válido dentro da democracia, contribuindo para uma convivência pacífica,

¹⁷ Ver caso Ingrid Bitencourt.

ao jurar a não repetição da violência armada ao transformar as condições dentro das zonas de influência, das quais surgiram os movimentos guerrilheiros.

Solução do problema das drogas ilícitas

É preciso refletir que o tráfico de drogas é, na hipótese mais comum, um fenômeno transnacional. O problema está na saúde dos consumidores, na repercussão no trabalho e nos efeitos sobre as relações familiares e sociais.

Valencia (2005) afirma que “na Colômbia uma parte importante da corrupção, embora não toda ela, está associada ao tráfico de drogas”, assim esse comércio tem sido tratado, desde fins da década de 80 como uma imparcial da estabilidade da segurança e da política no país. O mesmo aponta que a “ilegalidade e a guerra contra as drogas aumentaram enormemente o problema, em lugar de resolvê-lo”.

Constitui um problema para o mundo os treze milhões de pessoas (mais da metade nos Estados Unidos) que, segundo o Escritório de Crime e de Drogas das Nações Unidas – UNDCP – são viciadas em cocaína. Para os Estados Unidos, são um problema os cinquenta mil cidadãos que morrem todo ano no seu território devido ao tráfico de drogas; e esse país precisa preocupar-se com o fato de que 80% da cocaína e 50% da heroína que ingressa no seu território provêm da região andina. (VALENCIA, 2005: 133).

“O caráter ilegal do cultivo, processamento e tráfico da cocaína é, sem dúvida, o que multiplica o custo da droga e gera uma alta rentabilidade e o enriquecimento fácil dos exportadores.” (ibdem: 135). Por analistas e por pequenos plantadores, submissos a guerrilha e outros cartéis de droga do país, o cultivo da cocaína se assemelha a rentabilidade do cultivo e comercialização do café.

O grande desenvolvimento das Farc, em meados dos anos de 1990, baseou-se igualmente no ingresso em larga escala de dinheiro do narcotráfico. Nessa época, as Farc duplicaram seu efetivo e formaram um verdadeiro exército guerrilheiro, que, no Sul do país, impôs dezesseis derrotas sucessivas às forças militares, entre 1996 e 1998. (ibdem: 138).

O cultivo de drogas está ligado a existência e persistência das zonas em condições de pobreza, marginalidade, fraca ação institucional e pela presença de cartéis do tráfico que coexistem as guerrilhas campesinas. As regiões e comunidades marginalizadas são afetadas desde o cultivo, produção até a comercialização das drogas ilícitas.

Em suma, a questão de cultivo de ilícitos está ligada a território, saúde pública e corrupção.

O governo não pode ignorar a presença de comunidades indígenas e delas retirar-lhes um costume – ancestral – cultural que é o de mastigar a folha da coca.

Juan Santos definiu Planos e Programas de substituição e de alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades, regiões afetadas pelo conflito e, do país longe do comércio de ilícitos. Essas ações contaram com a integração do governo com as FARC-EP e dos membros das comunidades que careciam de renda, ou estavam fardos de se envolver com a produção de drogas.

Os Planos Nacionais Integrais de Substituição de cultivos ilícitos tem como princípios a integração do projeto da Reforma Rural Integral, uma construção conjunta e participativa concertada, um enfoque diferencial de acordo com as condições de cada território em se tratar de disparidades geográficas e de relevo, o respeito à aplicação dos princípios e normas do Estado social de direito e de uma convivência pacífica com os demais cidadãos, e uma substituição solidária do cultivo através da implementação de novas formas de se fazer comércio.

O Programa Nacional de Intervenção Integral frente ao consumo de drogas ilícitas tem seus princípios sobre o cuidado e enfoque nos direitos humanos, na saúde pública, na equidade de gênero, e na participação comunitária na convivência da sociedade no geral.

Esses documentos apresentam condições de segurança para as comunidades e os territórios afetados pelo cultivo de drogas e o governo fechou acordos com as comunidades, priorizando a resolução sobre os problemas com a terra e um tratamento penal diferencial para julgar tudo que remete aos direitos dos camponeses e da reestruturação que será necessária para seu bem-estar.

O governo precisou mapear o cultivo para encerrar a produção e a comercialização de ilícitos. A criminalidade do narcotráfico decretou o fechamento de suas portas. Assim o consumo foi comprometido, assegurando a estabilidade da saúde pública no país.

As vítimas

A reparação as vítimas foram dadas através de dois aparatos jurídicos dentro do Acordo de Paz: o Sistema Integral de Verdade, Justiça, Reparação e Não repetição; e do Compromisso com a promoção, o respeito e a garantia dos direitos humanos.

O sistema é integral porque visa abranger em tempo e espaço a maior quantidade de vítimas, no contexto pós-conflito em suas regiões de predominância. Lidar com a verdade parece impossível num cenário em que a corrupção penetra nos mais difíceis canais de comunicação e de administração do interesse governamental do país, entretanto estava em jogo várias vidas e vidas colombianas, surtindo efeitos e consequências graves diante de órgãos internacionais para o presidente, caso os direitos das vítimas não fossem atendidos.

Então a justiça seria feita de forma integral e do lado da verdade, ou seja, do lado das vítimas do conflito, vítimas das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo. A elas estava assegurada a reparação jurídica, política e econômica, em virtude das sequelas que o cultivo de ilícitos, produção e seu comércio reverberaram nas comunidades onde residiam, forçando-lhes inclusive a se deslocar para outras regiões e criar nova vida. Agora com o “Acordo de Paz” com as FARC-EP as vítimas receberam promessas de não repetição de todo o caos, talvez, de forma mais violenta.

Dentro do Sistema existem mecanismos – novos e revisados – e medidas responsáveis por atender a demanda de cada particularidade das vítimas identificadas.

- ✓ Comissão para o Esclarecimento da Verdade, da Convivência e a não Repetição
- ✓ Unidade Especial de busca de pessoas dadas por desaparecidas no contexto e em razão do conflito armado
- ✓ Jurisdição Especial para a Paz

- ✓ Medidas de Reparação Integral para a Construção da Paz
- ✓ Garantias de Não Repetição

Se trabalhou com o reconhecimento das vítimas, da responsabilidade dos criminosos, pela satisfação dos direitos das vítimas, participação delas, se buscou um esclarecimento da verdade, a reparação financeira e física das vítimas, a garantia de proteção e segurança para os dias pós-conflito, a garantia também do não retorno da violência, luta pela reconciliação e o enfoque sempre nos direitos fundamentais.

Para o acordo mais de 3.000 vítimas participaram de fóruns¹⁸ realizados na Colômbia, que foram organizados pela ONU e pela Universidade Nacional. Nesses encontros, apresentaram cerca de 17.000 propostas de intervenção sobre a situação, nas mesas de conversação. As vítimas foram justificadas a reparação dos danos e a penalidade dos que cometerem graves infrações aos Direitos Humanos e o Direito Internacional Humanitário.

Mecanismos de Implementação e Verificação

Conforme a lo establecido en el Acuerdo del 7 de noviembre de 2016, el Acuerdo Final será firmado como Acuerdo Especial del artículo 3 común de las Convenciones de Ginebra y depositado tras su firma ante el Consejo Federal Suizo en Berna. A continuación, por el Presidente de la República se efectuará una declaración unilateral del Estado ante las Naciones Unidas comunicando dicho Acuerdo Final y solicitando la incorporación del mismo a un documento del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas en los términos establecidos en el Acuerdo de fecha 7 de noviembre de 2016 (p. 201).

O acordo final irá incorporar-se as normas constitucionais da Colômbia, para isso alguns mecanismos de lei listados a seguir servirão de guia para a eficácia do cumprimento.

- ✓ Lei de Anistia e o Ato Legislativo de incorporação da Jurisdição Especial para a Paz, a Constituição Política, segundo acordo de 07 de novembro de 2016;
- ✓ Ato legislativo para a incorporação de um artigo transitório a Constituição Política;
- ✓ Lei ou Ato legislativo de criação da Unidade para la investigación e desmantelamento das organizações criminosas entre elas as sucessoras do paramilitarismo estabelecido no número 74 do Acordo de criação da Jurisdição Especial para a Paz. Incorporação a Constituição da proibição da promoção, organização, financiamento ou emprego oficial e ou privado de estruturas ou práticas paramilitares.
- ✓ As normas incluídas nos termos anteriores se tramitarão simultaneamente.
- ✓ Leis necessárias para a aprovação das normas processuais que regirá os procedimentos da Jurisdição Especial para a Paz conforme o estabelecido no número 46 do Acordo de
- ✓ Ato legislativo e normas de organização sobre Unidade de Busca de Pessoas dadas por desaparecidas no contexto e em razão do conflito armado e da Comissão para o Esclarecimento da Verdade, a Convivência e a Não Repetição.
- ✓ Lei de tratamento penal diferenciado para delitos relacionados com os cultivos de uso ilícito, quando os condenados ou processados sejam campesinos não pertencentes a organizações criminosas, lei em se incluirá tratamento penal diferenciado para mulheres em situação de pobreza condenadas por delitos relacionados às drogas conforme recomendações efetuadas por la Organización de Estados Americanos.

¹⁸ Puderam contar com apoio e presença da Conferência Episcopal.

- ✓ Suspensão de ordens de captura de integrantes das FARC-EP ou pessoas acusadas de colaborar com dita organização e suspensão dos procedimentos de extradição dos anteriores até a entrada em vigência da lei de anistia e da norma constitucional de proibição da extradição estabelecida no número 72 da Jurisdição Especial para a Paz. Adoção de medidas sobre o estatuto jurídico civil de todos os integrantes das FARC-EP que permitam a aplicação estrita do estabelecido no número 72 da Jurisdição Especial para a Paz.
- ✓ Reforma constitucional e legal sobre garantias e participação para o novo partido ou movimento político que surja do trânsito da FARC-EP a vida política legal, incluindo a modificação da segunda frase do Artigo 67 transitório da Constituição Política para garantir a participação política.
- ✓ Normas e medidas necessárias para a implementação e verificação dos acordos, incluindo o relativo a normas de financiamento.
- ✓ Normas ou reformas constitucionais ou legais necessárias para que o Plano Quatrienal de Implementação, com seu correspondente Plano Plurianual de Inversões seja incorporado o Plano Nacional de Desenvolvimento da respectiva vigência.

5. Eleições 2018

As eleições, segundo Ibarra (2011), são canais de expressão e concretização de valores considerados supremos das sociedades pós-modernas. Por muito tempo a esquerda lutou contra a “parapolítica”, ou a infiltração de paramilitares no Congresso. Esse fenômeno tem refletido os valores da sociedade marcada pela doutrina liberal no país, que transcenderam as fronteiras departamentais, chegando a política nacional, com a eleição de presidentes ditos liberais.

A Constituição Federal da Colômbia prevê no artigo 107 que a todos os cidadãos seja garantido o direito de fundar, organizar e desenvolver partidos e movimentos políticos, onde também fosse preservada a liberdade de filiar-se a eles ou de retirar-se.

A realização dos processos sociais depende da interferência de todos os cidadãos que, portanto, serão usufrutuários dos efeitos do processo político-social-econômico do desenvolvimento. Essa cosmovisão da necessidade de interferência mútua no processo de desenvolvimento expressa a vertente democrática e solidária da concretização do poder político, que representa a vontade do povo (e não dos poderes econômicos, que controlam o poder no âmbito global). (ARAÚJO, 2017: 61 - 62).

Os afros são mais de 10% da população colombiana. Como os indígenas, podem fazer parte de qualquer organização política. Os líderes que preferem se organizar de maneira independente e lutar por esses três assentos na Câmara devem ser membros de uma comunidade afrodescendente e conseguir o aval de um conselho comunitário, no caso dos que optarem pelo distrito das negritudes. Já para os raizais, cidadãos do arquipélago de San Andrés e Providência, não há requisitos. (EL PAÍS, 2018).

As eleições na Colômbia ocorrem com uma divisão. O legislativo teve sua eleição nos primeiros meses do ano. Em 11 de março de 2018 foi realizada essa primeira parte, cuja votação é definida como um termômetro, influenciando diretamente na decisão para o voto de presidente, que ocorre em meses subsequentes.

O país tem uma estrutura parlamentar bicameral, onde agora atuam 172 deputados e 108 senadores (sendo para cada casa 1 de comunidades indígenas, devido ao resultado das últimas eleições que elegeram dois representantes dos partidos MASI e ASI, se configurando como

multiétnica). Um recorte interessante do número de senadores é o destino de uma das vagas ao segundo colocado das eleições presidenciais.

O governo negociou com a guerrilha ELN para que as eleições ocorressem em tranquilidade, sem nenhum atentado a população. Incluso que os candidatos das FARC sentiram uma liberdade tamanha já em não irem armados para as seções nas zonas eleitorais.

Cerca de 3,6 milhões a mais de eleitores participaram nas eleições do ano passado, um número não contabilizado em 2014. Esse aumento massivo se deu pela libertação das zonas anteriormente controladas pelas FARC, onde puderam todos os departamentos afetados pela guerrilha exercer seu direito de sufrágio.

Em 27 de maio de 2018 a população foi às urnas para votar para presidente, no dito primeiro turno. Eram seis os candidatos e candidatas que tentavam o pleito presidencial, incluindo as FARC, se considerar o lançamento da campanha para Timochenko, antes de sua desistência. Em 17 de junho de 2018, disputavam a vaga o direitista Iván Duque e o esquerdista Gustavo Petro.

Força Alternativa Revolucionária do Comum

Setenta e três membros do FARC se candidataram ao pleito legislativo no ano de 2018. No geral FARC obteve cerca de 85.000 votos, um expressivo de 0,5% dos votos válidos, e sua legenda não atingindo nem 0,3% dos votos necessários (400.000).

Para a presidência foi lançada a candidatura de Rodrigo Londoño – o Timochenko – que foi ex-secretário da guerrilha e manteve uma posição de respeito no grupo. Porém em 08 de março o candidato Timochenko sente problemas de saúde e desiste da tentativa em obter o cargo de presidente da república da Colômbia.

Das cinco vagas ocupadas na Câmara dos Representantes, todas foram conquistadas por uma cota prevista no acordo, cuja validação se dará por dois mandatos, até 2026, onde o governo cumprirá com a permanência destes e de mais cinco na casa revisadora, o Senado Federal.

Sabendo da importância de manter o regime democrático no país e do acordo de paz dado por marco na política, o candidato das FARC não se apegou a desistência e parabenizou o pleito conquistado por Iván Duque. “É um momento de grandeza e reconciliação, respeitamos a decisão da maioria e parabenizamos o novo presidente. Vamos ao trabalho que as estradas da esperança estão abertas” disse Timochenko em entrevista concedida à BBC.

Iván Duque

Nasceu na capital da Colômbia, Bogotá em 1976. Filho de Iván Duque Escobar e Juliana Márquez, está casado e é pai de três filhos. Com 42 anos de idade tem um perfil de um colombiano normal: seriedade, presente na família, comprometido com seus projetos, trabalha, etc. Um amante de livros, cultura e democracia. Por isso já escreveu seis livros e dentre um deles o conteúdo é sobre a sua visão do país, o *IndignAcción*, em 2017. Formado em Direito pela Universidade Sergio Arboleda, mestre em Direito Econômico pela American University e com mestrado em Políticas Públicas na Universidade de Georgetown. Por essa carreira acadêmica tomou para o lado profissional a paixão por gestão financeira – cerne de seu compromisso com a direita, agora como presidente da Colômbia.

Sua vida política foi influenciada por pessoas como Iván Duque Escobar, seu pai; Enrique Iglesias, ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento e ex-chanceler do Uruguai; Fábio Echeverri Correa envolvido nas questões industriais e por seu padrinho político, o ex-presidente Álvaro Uribe Vélez.

Iniciou sua carreira profissional como consultor na Corporação Andina de Fomento (CAF), onde se destacou como negociador com demais 48 países membros da organização. Ingressou no Ministério das Finanças no governo de Andrés Pastrana Ao ser contratado como assessor internacional de Uribe, Iván buscou promover a democracia no país e vender uma boa imagem da Colômbia para o mundo. Iván Duque sempre foi bom com negociações financeiras.

Apenas no ano de 2014 Iván retorna a Colômbia para, em uma decisão sensata, reconhecer in loco o desenvolvimento e o comportamento das FARC perante a justiça nacional e como o governo há de atuar para comprometer aos colombianos uma estabilidade. Como senador (2014-2018) exerceu oposição política ao então ex-presidente Juan, cuja atuação foi reconhecida com o título de melhor senador da Colômbia.

É, pois, o único candidato à presidência da república pelo partido Centro Democrático, que venceu a consulta pública acerca das asserções dos eleitores no país, no dia 11 de março de 2018. Tratado como um homem de respeito entre os líderes dos partidos de direita que apostaram em seu nome para o progresso do país. Seu objetivo é a recuperação econômica, regeneração política e a gestão pós-conflito.

O presidente eleito afirmou que fará alterações no Acordo por meio de emendas constitucionais, mesmo que o texto da lei esteja blindado de mudanças até o ano de 2026. Em meio à maior crise social da história do país, ele propôs uma unidade dos setores da sociedade colombiana, porque segundo ele, a união das camadas sociais fortalecerá a política nacional que evitará outros episódios de guerra civil como fizeram as FARC.

Mas seu posicionamento contrário ao Acordo de Paz está fundando em algumas premissas particulares e que possivelmente foram acobertadas por seu partido. Iván não aceita o fato de que guerrilheiros disputaram o poder sem ter cumprido as sentenças possíveis por seus atos de crueldade no país. Ele criticou a Justiça Especial para a Paz como instrumento jurídico falho, por permitir que a candidatura dos guerrilheiros tocasse na ferida do conflito, as próprias vítimas. O novo presidente apontou a anistia aos cometedores de crimes que financiavam a guerrilha, o que torna em seu ponto de vista, o tráfico como um crime anistiável.

Dados da ONU mostram que o cultivo de ilícitos no país em 2016 foi de 52% em aumento expressivo, porque um sistema criado em parceria com as FARC-EP – Programa Nacional Integral de Substituição de Cultivos e Uso Ilícitos (PNIS) – aborda questões de práticas ilícitas, não cobrindo os cultivos lícitos, o que se mostra também falho por não gerir completamente as plantações. Essa crítica de Iván Duque é complementada a sua desconfiança das FARC não ter entregue o total de suas armas, as mantendo escondidas do governo e órgãos internacionais, como também de ocultar dinheiro para não cumprir com o pagamento dos danos as vítimas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideravelmente, o acordo estabeleceu o perdão, sentenças e a reintegração social dos envolvidos com o conflito que assolou a região andina em cerca de cinquenta anos.

Em 2016 foi promulgada a Lei de Justiça e Paz (2005) e dado o comprimento das sentenças aos paramilitares que forçaram violações dos direitos humanos quando combateram a guerrilha.

A geografia política da gestão dos ilícitos resulta em uma instabilidade na região, prejudicando o cumprimento dos compromissos do acordo com as FARC, devido a congruência de insurgentes grupos que se montam nas regiões antes dominadas pela guerrilha e que estão à deriva, sem manter negociações com o governo colombiano.

O Congresso colombiano aprovou um dispositivo legal para blindar os compromissos selados entre as partes do Acordo de Paz, por um tempo de três mandatos presidenciais consecutivos. Logo depois, a Corte Constitucional da Colômbia impede que o congresso altere o texto dos projetos de lei relacionados ao acordo.

A justiça transicional operou com a reintegração de cerca de 7.000 ex-combatentes, alocados em 26 zonas, consideradas espaços que passaram por uma transformação para o acolhimento destes e a entrega de armas até maio de 2017.

A Jurisdição Especial para a Paz, considerada como a coluna vertebral do processo de paz, tem por finalidade o julgamento dos responsáveis por grandes violações dos direitos humanos cometidos durante o conflito. Aponta-se como responsáveis os guerrilheiros das FARC e membros de Forças Armadas do governo. Nesse compêndio de leis, há algumas garantias salvaguardadas dos condenados não cumprirem suas penas na cadeia.

A Lei de Anistia Geral¹⁹ em 2017 estabeleceu o perdão para os membros da FARC num todo, mas os crimes considerados graves pelo Estatuto de Roma não terão exceção. É o Tribunal Penal Internacional que tem competência para julgar o caso da Colômbia, a luz do Estatuto no qual podem ser identificados crime de guerra e genocídio; prisão ou outra forma de privação da liberdade física grave, em violação das normas fundamentais de direito internacional; perseguição de um grupo ou coletividade que possa ser identificado, por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos ou de gênero, tal como definido no parágrafo 3º, ou em função de outros critérios universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional, relacionados com qualquer ato referido neste parágrafo ou com qualquer crime da competência do Tribunal; desaparecimento forçado de pessoas; como também outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental.

Há algumas deficiências graves nos dispositivos jurídicos, o que levaria a uma interpretação errônea quanto ao julgamento dos conflituosos. Para corrigir isso, a justiça colombiana em novembro de 2017, arcou com o compromisso de realizar a constitucionalidade da responsabilidade de comando, onde os chefes oficiais das forças armadas seriam responsáveis pelas ações de seus subordinados.

¹⁹ Em sua votação na Câmara dos Representantes, em 28 de dezembro 2016, foi aprovada com 121 e 69 votos na casa do Senado. O partido CD (Centro Democrático), liderado e influenciado pelo ex-presidente Uribe, se absteve da votação, inclusive se retirando da plenária. A anistia seria dada a aqueles insurgentes, constados numa lista feita pelas FARC, que não praticaram crimes hediondos contra a moral internacional.

Para a restituição de terras foi previsto, segundo a Lei das Vítimas, de 2011, prevê a devolução de hectares aos colombianos deslocados internamente, que precisaram abandonar ou os foram roubados.

Um dos compromissos do governo para a reintegração dos ex-guerrilheiros foi a inclusão econômica e social. Entretanto, é preciso estratégias e condições apropriadas para isso, pois na ausência destas, a informalidade a delinquência são alimentadas e o crime organizado será renutrido, gerando o retorno da violência armada.

O acordo com as FARC é um esforço válido para que o ELN se convença também de uma negociação positiva com o governo e finde sua atividade de guerrilha nos próximos anos, findando o medo na sociedade e os conflitos nas fronteiras do país com outros países.

O plebiscito em 2 de outubro de 2016 definiu que a população não estava convincente com um Acordo de Paz do governo com as FARC, por isso tamanha resistência da direita sobre os avanços da negociação e implementação das medidas apontadas por ambas as partes. Mais ainda, se fortalecendo e elegendo um presidente que lutou pela extinção da guerrilha e não apoia nenhum benefício para indivíduos que violaram a ordem na Colômbia.

O país terá de continuar vivendo com o “paramilitarismo” como um dos inimigos da paz. O partido FARC seguirá com suas bandeiras ideológicas e política. E, para o então presidente Iván Duque a Colômbia seria uma segunda Venezuela na América Latina caso permanecesse sob as gestões de seus antecessores e sob a égide de uma ideologia que favorece guerrilhas.

Ainda se caminhará muito para chegar a implementação do acordo e reconciliação das FARC com a sociedade civil na Colômbia. Apesar de ter sofrido anos com o terror das guerrilhas e golpes de Estado, ela segue com uma democracia estável, onde à imprensa é garantida a liberdade de expressão, os colombianos passam por eleições livres e os juízes são – mais ou menos – independentes. Há uma organização setorial e variável em todo o território.

Se reconhece um processo de transição de uma democracia representativa em direção a uma democracia, cada vez mais, participativa. Porém a esquerda está refém de uma transformação da sociedade no geral, que desacredita em governos como foi o de Santos. A Colômbia volta para os braços do neoliberalismo.

O acordo vigora como vantagens para os-membros das FARC-EP os benefícios a reintegração social através de uma Reforma Rural Integral; de uma participação política mais engajada no corpo institucional do Estado – através da fundação de um partido que tem a identidade e a marca das FARC -; de uma garantia sobre a necessidade se acabar com as hostilidades bilaterais em face da exclusão do conflito e do não retorno a ele através da entrega das armas, tampouco de deixar permanentes as condições que geraram a violência na zona rural; a possibilidade de se substituir o tráfico de drogas por atividades econômicas comuns ao cotidiano dos colombianos, refutando todo cultivo e produção ilícita nos anos seguintes ao estabelecimento do acordo; dano e reparação as vítimas de forma geral, incluindo camponeses que foram perseguidos e tiveram seus direitos violados pelas forças paramilitares.

Para o governo da Colômbia é importante salientar que todas as prerrogativas as quais fundaram-se dentro do texto do acordo estão sublinhadas e blindadas por alguns anos consecutivos, em face da proteção da manutenção do compromisso assinado, e para não

destituir-se dentro dos próximos mandatos presidenciais. Sendo assim, é vantajoso para o governo cumprir com as premissas instituídas e respeitar a decisão dos líderes que as criaram.

Nas relações internacionais, a paz estabelecida dentro de um país com um outro ator reverbera num modelo antagônico para os demais países que comportam conflitos internos que chocam com a realidade global ou foram atingidos por algum evento externo. Sabe-se que conflitos como o vivido entre as FARC-EP e o governo colombiano representam consequências do colonialismo presentes não só na América Latina, mas em diversos locais no mundo. Essas consequências são encontradas na desigualdade econômica entre a zona rural e urbana, onde os grandes investimentos de produção e de habitação se concentraram em áreas que o fluxo e mobilidade era mais fácil, afastando a possibilidade de progresso a locais que não tinham acesso aos meios de produção, tampouco informação da evolução destes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora. **Colômbia: das razões para a guerra às razões para a paz. O modelo histórico de democracia restringida como causa do conflito armado e as possibilidades de sua superação no marco dos acordos de paz.** PUC/ SP. CEUB. 2017.

ALTO COMISIONADO PARA LA PAZ. **Acuerdo final para terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera.** 24 de novembro de 2016.

ARAUJO, Jailton Macena de. **Cooperação penal e combate à criminalidade internacional no contexto do desenvolvimento social da América Latina.** NOMOS – Revista do programa de pós-graduação em Direito – UFC. v. 37, n. 1. 2017.

BBC. **O que a eleição do conservador Iván Duque na Colômbia pode significar para a paz com as Farc.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44519082>>. Publicado em 18 de junho de 2018. Acessado em 10 de junho de 2019.

BERNARDI, Bruno Boti. **O sistema interamericano de Direitos Humanos e a Justiça de Transição: Impactos no Brasil, Colômbia, México e Peru.** USP/SP – Departamento de Ciência Política. v. 1, São Paulo. 2015.

BERNARDI, Bruno Boti. **O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a Lei de Justiça e Paz na Colômbia: Política Doméstica e Influência de Normas Internacionais.** Rio de Janeiro, vol. 35, no 1, janeiro/junho 2013, p. 139-172.

CASTRO, Manuela de Jesus. **Atuação das cortes internacionais na implementação do acordo de paz na Colômbia.** Universidade Federal da Bahia. Programa de graduação em Direito. Salvador. 2018.

CHAVES, Diego. **Avances y dificultades em la implementación de la Reforma Rural Integral: una deuda pendiente con el colombiano.** Rev. Colomb. Soc. y Sigma, 41, (Suplemento), 81 – 103. 2018.

DARIO, Diogo Monteiro. **A legitimidade da Política de Segurança Democrática e a Doutrina de Segurança Nacional na Colômbia.** Contexto int. [online]. 2010, vol.32, n.2, pp.607-641.

DARIO, Diego. **Os diálogos de paz entre as FARC e o governo Santos na Colômbia**. Policy Brief, n. 01. GSUM. 2014.

DARÍO, Fajardo M. **Estudio sobre los orígenes del conflicto social armado, razones de su persistencia y sus efectos más profundos en la sociedad colombiana**. Universidad Externado de Colombia. Comisión Histórica del conflicto y sus víctimas. 1993.

EBC. **Entenda as negociações entre o governo colombiano e as FARC**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2012/11/entenda-melhor-o-conflito-civil-colombiano>>. Publicado em 21 de novembro de 2012. Acessado em 06 de junho de 2019.

EL PAÍS. **Así se negoció la paz con las FARC en Colombia. El Gobierno desclasifica los documentos del proceso que empezó en La Habana en 2012**. Disponível em: <https://elpais.com/internacional/2018/07/23/colombia/1532308717_696133.html>. Publicado em 23/07/2018. Acessado em 06/06/2019.

EL PAÍS. **Colômbia a ponto**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/05/opinion/1525529027_019142.html>. Publicado em 05 de maio de 2018. Acessado em 11 de junho de 2019.

EL PAÍS. **Indígenas, afro, FARC: quem vai ocupar cadeiras no Congresso da Colômbia?** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/09/internacional/1520635058_692823.html>. Publicado em 11 de março de 2018. Acessado em 11 de junho de 2019.

EL PAÍS. **Partido das FARC estreia no congresso da Colômbia**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/21/internacional/1532125393_520784.html>. Publicado em 21 de julho de 2018. Acessado em 11 de junho de 2019.

ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL. 1998.

FONSECA, Guilherme Damasceno; AZEVEDO, Christian Vianna de. **Colômbia e as FARC: cenário pós-conflito e repercussões regionais**. Instituto Igarapé. 2018.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. 1966.

HENRIQUES, Miguel Barreto. **Preparar el post-conflicto en Colombia desde los programas de desarrollo y paz: retos y lecciones aprendidas para la cooperación internacional y las empresas**. REVISTA - Bogotá (Colombia) Vol. 9. No. 1. PP 79-197. 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Colômbia – Eventos de 2017**. Relatório Mundial 2018. Disponível em: <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2018/country-chapters/313453>>. Acessado em 04 de junho de 2019.

IANNI, Gustavo. **A questão nacional na América Latina**. 1988.

IBARRA, David. **O neoliberalismo na América Latina**. Revista de Economia Política, vol. 31, n° 2 (122), pp. 238-248 abril-junho/2011.

NARANJO, Jorge Eliecer. **Postacuerdo y gestión territorial en Colombia**. Bitácora Urbano Territorial [online]. 2016, vol.26, n.2, pp.135-146.

PEDREIRA, Bruno Jorge. **Os Movimentos guerrilheiros da Colômbia: dos movimentos agrários de auto-defesa à atualidade**. UERJ. 2011

RIPOLL, Julieta Lemaitre; SALDARRIAGA, Esteban Restrepo. **Law and Violence in the Colombian Post-Conflict: State-Making in the Wake of the Peace Agreement**. Revista de Estudios Sociales 67: 2-16. 2019.

RIVERA, Vicente Torrijos; OSORIO, Juan David Abella. **The FARC's behavior after the signing of the Peace Agreement**. Rev. Cient. Gen. José María Córdova, 16 (24), 31-60. 2018.

SILVA, Shameel Thanir. **Movimiento campesino colombiano: historia y lucha**. Agencia Prensa Rural. 2008.

SUARÉZ, Aurymayerly Acevedo; CASTILLO, Zaida Maritza Rojas. **Generalidades del conflicto, los procesos de paz y en posconflicto**. REVISTA DE LA FACULTAD DE DERECHO Y CIENCIAS POLÍTICAS – UPB. ISSN: 0120-3886 / ISSN. (En línea): 2390-0016 / Vol. 46 / No. 124 / PP. 33 – 45 enero - junio 2016 / Medellín, Colombia. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18566/rfdcp.v46n124.a03>>. Acessado em 04 de junho de 2019.

THE NEW YORK TIMES. **El regreso a los brazos dos ex guerrilleros de las FARC**. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/es/2018/09/18/farc-acuerdos-de-paz-rearme/>>. Publicado em 18 de setembro de 2018. Acessado em 10 de junho de 2019.

TONCHE, Juliana; UMAÑA, Camilo Eduardo. **Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición: un acuerdo de justicia ¿restaurativa?** Revista Derecho del Estado nº 38, enero-junio de 2017, pp. 223-241.

TORRES, Ghina Alexandra Castrillón; RAMIREZ, Helver Javier Cadavid. **Proceso de paz entre gobierno colombiano y las FARC-EP: camino hacia la reincorporación de combatientes**. Entramado vol.14, No 2, julio - diciembre de 2018, p.148-165.

VALENCIA, León. **Drogas, conflito e os EUA. A Colômbia no início do século**. 2005.

VAZ, Alcides Costa. **Perspectivas da estabilidade regional à luz da implementação dos acordos de paz na Colômbia e da crise venezuelana**. CEEEX, vol. 4. Nº 2. 2017.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, de coração, a Deus, por ter me dado o dom da vida e de me acompanhar até aqui, numa longa caminhada de superação dos fardos pesados, me proporcionando o sucesso de concluir minha primeira graduação.

Grato sou a minha família, cada parente de forma singela particular e admirável por me incentivar a ser grande. Citarei, não obedecendo ordem nem hierarquia de importância. Minha mãe, Josileide, que diante de todas as dificuldades se mostrou dedicada e preocupada com meu desempenho acadêmico e minha segurança longe de casa. Meus avós maternos, Pedro Pimenta e Clara Lúcia, que através de seus conhecimentos me incentivaram a superar e valorizaram meu

potencial, em meio a várias adversidades. Minha tia Renata Pimenta, que de uma necessidade urgente, investiu em minha carreira desde a época do cursinho pré-vestibular, e durante a graduação cedeu espaço e conforto para minha estabilidade na cidade, me propiciando momentos incríveis durante minha passagem em João Pessoa. Minhas tias Pollyana e Josyene, que se mostraram empáticas por conhecer minhas metas e, mais uma vez, apoiar a conclusão deste projeto de vida. A minha tia avó, “Lucinha”, que como espelho de coragem e de amor extenso a seus sobrinhos, contribuiu para que não me faltasse o básico, do início ao fim, todos os meses do ano, a ela agradeço fielmente. A minha prima-irmã Raphaele, que esteve ao meu lado quando precisei de atenção e de conselhos para seguir a jornada. Por fim, a meu lado paterno da família, por ter dedicado atenção e mostraram-se esperançosos que eu conseguira finalizar essa etapa. A Eudes e Côca (em memória), meus sublimes agradecimentos.

Agradeço a Áurea Jane, por sempre ter vivenciado meus anseios e paixão por estudar, me mostrou também que é possível concretizar sonhos e atingir objetivos através disso. Como desde criança, acompanhando meus passos, seguirá a par de cada etapa positiva e será considerará uma madrinha especial.

As mestras que me alfabetizaram, professoras Joana e Luciete, meu enorme agradecimento. Sem a alfabetização, nenhuma lição no mundo dos livros seria fácil de ser compreendido.

Agradeço a Elaine, que por razão respeitosa com minha família, foi uma agente importante no meu acolhimento a João Pessoa e permitiu que eu soubesse desenvolver boa conduta, educação e organização enquanto dono de minha vida, autor das minhas responsabilidades.

A meus padrinhos, Tarcísio e Cris que não são mágicos, mas foram essenciais para parte desse trajeto. Obrigado por viabilizarem um espaço de crescimento profissional e me ajudaram quando eu tanto precisei.

Agradeço ao acolhimento desde 2016 até então, da Casa do Estudante, gerida pelo Governo do Estado da Paraíba, nos mandatos dos excelentes ex-governador Ricardo Coutinho e do atual governador João Azevedo, que através da direção de pessoas como Jeremias, Túlio, Davi e Silvinha, foram responsáveis por atuar uma transformação na vida de vários jovens como eu, buscando atenção e respeito pelos interesses e sonhos profissionais. Aos ex e atuais funcionários no geral, em destaque os que complementaram esses momentos, como Carlos, Madalena, Fábio, Penha e César pelo respeito e serviços prestados. Honrarei esse governo por toda minha vida.

Agradeço a Dona Eva, senhora de coração grande e cheia de atenção para comigo que me tornou cliente fidedigno durante o curso, em sua cantina na frente do campus.

Grato sou a Dedé e Matheus pela assistência no estabelecimento de xérox, a todas as vezes que me serviram na impressão de material para o curso.

Agradeço a instituição pública UEPB, na pessoa do reitor Rangel, que a escolhi como meio de cursar Relações Internacionais, desde minha passagem no cursinho pré-vestibular na cidade de Campina Grande até chegar a João Pessoa, tendo como coordenadores do curso finalizado os professores Felipe e Raquel, pelo respaldo e pontos positivos ao longo de suas gestões, do compromisso com cada discente e com todos os setores que envolvem nossa

formação. Aos professores Murilo, Jeane, Mônica, Paulo, Thalita, Fábio, Ana Paula, Altemani, Mônia e a excelente orientadora Luíza Rosa, minha gratidão pelo acompanhamento ímpar. Grato sou então a Lucila Alves e Jaqueline pela adesão a minha banca de avaliação deste trabalho e pela confiança. Como atual diretora do campus V, Jacqueline Barrancos, também ex-professora e uma pessoa de consideração inigualável meu intenso agradecimento.